



ATA DA NONAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA DA DÉCIMA SEGUNDA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Aos quinze dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e cinquenta minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a lista de presença e constatada a existência de número legal, foi aberta a presente Sessão Ordinária.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Bom dia, senhoras e senhores! Havendo número legal, declaro aberta a presente Sessão Ordinária. Hoje, dia 15 de outubro, celebramos o "Dia do Professor". **PEQUENO EXPEDIENTE**. Com a palavra, para leitura da ata da sessão anterior, o professor segundo-secretário, deputado Pedro Kemp.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Bom dia, professor deputado Gerson Claro! Bom dia, senhores deputados! Bom dia, público presente! *"Ata da Octogésima Nona Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul — Estado do Pantanal. Aos dez dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas e quarenta e seis minutos, no Plenário Deputado Júlio Maia, sob a presidência do senhor deputado Gerson Claro e secretariada pelos deputados Paulo Corrêa e Pedro Kemp, primeiro e segundo-secretário, verificada a presença dos deputados e constatada a existência de número legal, foi aberta a Sessão Ordinária. PEQUENO EXPEDIENTE - Lida e aprovada a Ata Cento e Dois da Octogésima Oitava Sessão Ordinária. Pelo senhor primeiro-secretário foram lidos os seguintes expedientes: Mensagens nºs 49 e 50/2024, do Poder Executivo. SEGUNDA PARTE DO PEQUENO EXPEDIENTE - Usaram da palavra os deputados Caravina, Antonio Vaz e Junior Mochi. Sobre a mesa, proposições apresentadas pelos deputados Lidio Lopes e Roberto Hashioka. GRANDE EXPEDIENTE - Não houve oradores inscritos. ORDEM DO DIA - Foi aprovado, em discussão única e votação nominal, o Projeto de Lei nº 197/2024, de autoria do Poder Judiciário. Foi aprovado, em segunda discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 352/2023, de autoria do deputado Professor Rinaldo. Foi aprovado, em primeira discussão e votação nominal, o Projeto de Lei nº 179/2024, de autoria do Poder Executivo. Foram aprovadas, em discussão única e votação simbólica, as seguintes proposições: requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Paulo Duarte e coautoria do deputado Paulo Corrêa, endereçada ao presidente da Cassems, doutor Ricardo Ayache, estendida a toda a diretoria, em razão do lançamento do Centro de Cirurgia Robótica do Hospital Cassems de Campo Grande; requerimento de moção de congratulação, de autoria do deputado Zé Teixeira, endereçada à direção da Fundação Manoel de Barros, em Campo Grande, pelas atividades do 'Projeto Ativa Idade', notadamente pela brilhante apresentação artística do grupo de pessoas idosas realizada em recente evento no Teatro Glauce Rocha, nesta Capital; indicações, de autoria dos deputados Zé Teixeira, Lucas de Lima, Paulo Duarte, Caravina, Pedro Kemp e Mara Caseiro. O deputado Pedro Kemp pediu vista do Requerimento de Moção de Congratulação, Protocolo nº 3.112/2024. EXPLICAÇÕES PESSOAIS - Usou da palavra o deputado Zé Teixeira. Nada mais havendo a tratar, o senhor presidente encerrou a presente Sessão e, para constar, mandou lavrar a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada. Plenário Deputado Júlio Maia, dez de outubro do ano de dois mil e vinte e quatro". Foi lida a ata, senhor presidente.*

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Em discussão a ata que acaba de ser lida. Não havendo quem queira impugná-la, dou-a por aprovada. Com a palavra, o senhor primeiro-secretário, deputado Paulo Corrêa, para que faça a leitura do expediente.



PRIMEIRO-SECRETÁRIO (deputado Paulo Corrêa - PSDB) — Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, bom dia! Quero aproveitar o momento para fazer uma homenagem à memória da minha mãe, que foi professora. Um grande abraço aos professores do nosso estado! Parabéns aos nossos mestres pelo Dia do Professor! Expediente da Sessão Ordinária do dia 15 de outubro de 2024: Mensagem nº 51/2024, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei que altera a redação de dispositivos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005, e da Lei nº 6.307, de 13 de setembro de 2024, nos termos que menciona (Prot. nº 3182/2024); Mensagem nº 52/2024, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei que altera a redação do caput do artigo 75 da Lei nº 5.976, de 17 de novembro de 2022, nos termos que especifica (Prot. nº 3184/2024); Mensagem nº 53/2024, do Poder Executivo, encaminhando o projeto de lei complementar que altera a redação e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 114, de 19 de dezembro de 2005, nos termos que especifica (Prot. nº 3185/2024); Ofício nº 1.490/2024, do Ministério da Saúde, respondendo à indicação do deputado Pedro Kemp (Prot. nº 2555/2024); Ofício nº 1.440/2024, do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, respondendo ao requerimento da deputada Gleice Jane (Prot. nº 2435/2024); Ofício nº 114/2024, da Prefeitura Municipal de Três Lagoas, respondendo à indicação do deputado Pedrossian Neto (Prot. nº 2147/2024); e-mail, da Manhabusco Advogados SS, respondendo à moção de congratulação da deputada Lia Nogueira (Prot. nº 2857/2024); Ofício nº 2.005/24, da Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A, respondendo à indicação do deputado Pedrossian Neto (Prot. nº 2174/2024). Senhor presidente, foi lido o expediente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Hoje, 15 de outubro, celebramos o Dia do Professor. Queremos reconhecer e homenagear, em nome desta Casa, os pilares da nossa sociedade, os mestres. Eles transmitem conhecimento, moldam caracteres, inspiram sonhos e promovem cidadania. Cada aula, cada palavra, cada gesto em sala de aula tem o poder de mudar o destino de uma nação. Neste dia especial, manifesto minha profunda gratidão a cada professora, a cada professor de Mato Grosso do Sul. Esses profissionais encaram com determinação e paixão os desafios diários de ensinar, de formar cidadãos conscientes e preparados para a vida. Em nome desta Casa de Leis, reafirmamos o nosso compromisso de trabalhar para garantir que esses profissionais recebam o devido reconhecimento, condições dignas de trabalho e recursos necessários para desempenharem seu papel com excelência. A vocês professoras e professores, muito obrigado! Continuem firmes na missão tão nobre de iluminar mentes e transformar vidas. Parabéns aos professores sul-mato-grossenses! Passemos à **Segunda Parte** do Pequeno Expediente. Com a palavra, o deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Senhor presidente, senhores deputados, público que nos prestigia, servidores da Casa e imprensa aqui presente, bom dia! Eu venho apresentar um projeto de lei. Projeto de lei que dispõe sobre a obrigatoriedade de informação ao consumidor sobre a política de cancelamento e reembolso nas agências de viagem e turismo no estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências. "Artigo 1º - Esta lei dispõe sobre a conduta das agências de viagem e turismo, incluindo sites de comércio eletrônico e similares, do estado de Mato Grosso do Sul, que oferecem pacotes turísticos, obrigando-as a informar ao consumidor, no momento da contratação, a política de cancelamento e reembolso. Artigo 2º - Constituem objetivos desta lei: 1 - estabelecer regras claras para que as agências de viagem e turismo forneçam informações corretas e inequívocas sobre a política de cancelamento e reembolso de pacotes turísticos; 2º - garantir transparência nas relações comerciais entre agências de turismo e consumidores, de modo a proteger os direitos dos usuários dos serviços turísticos. Artigo 3º - As



agências de viagem e turismo que oferecem pacotes turísticos ficam obrigadas a informar ao consumidor, de maneira clara e precisa, no momento da contratação: 1 - o procedimento para cancelamento; 2 - os prazos aplicáveis para solicitar o cancelamento; 3 - as multas ou valores a serem pagos em decorrência do cancelamento ou alteração dos pacotes adquiridos. Artigo 4º - As informações mencionadas no artigo anterior devem ser apresentadas de forma destacada no contrato ou documento equivalente, e o consumidor deverá receber uma cópia física ou eletrônica dessa condição, no ato da contratação. Artigo 5º - O descumprimento das disposições desta lei sujeitará o infrator às penalidades previstas no Código de Defesa do Consumidor, nos termos dos artigos 56 e 57, devendo a multa ser estipulada em regulamentação própria e revertida para o Fundo Estadual de Defesa do Consumidor. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação." Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Bom dia, senhor presidente e senhores deputados! Em nome do deputado Pedro Kemp, que é professor, cumprimento todos os professores pelo Dia do Professor, comemorado hoje. Eu venho discorrer sobre uma representação que faço junto ao Ministério Público Estadual. A atual administração de Corumbá foi, de forma fragorosa, derrotada nas urnas no último domingo. Parece que o atual prefeito está preparando agora, no fim do seu governo, algumas bombas de efeito retardado para a administração do prefeito eleito, doutor Gabriel de Oliveira. Eu estou fazendo tal representação em razão de um decreto que foi publicado no Diário Oficial de Corumbá na quarta-feira, dia 9 de outubro, três dias após as eleições. O decreto em questão é absolutamente ilegal, porque transpõe recursos de aplicações financeiras, deputado Pedro Kemp, do Fonplata, um financiamento de 50 milhões de dólares, que, quando eu fui prefeito, deixei para a atual gestão. Os recursos que foram colocados em aplicações financeiras renderam ao longo do tempo quase 5 milhões e 500 mil reais. E, para nossa surpresa, no dia 9 de outubro o atual gestor, que felizmente encerra seu mandato no fim deste ano, editou um decreto dizendo que esse recurso do Fonplata, quase cinco milhões e meio de reais, que deve ser destinado especificamente para infraestrutura, e ele está abocanhando através desse decreto, deve ser aplicado onde ele bem entender. Ou seja, contrariando a legislação. O povo corumbaense está pagando esse dinheiro, e ele quer aplicá-lo onde bem entender. Nota-se com isso que ele está tentando fechar as contas que estão absolutamente no vermelho. Portanto, nós entramos com essa representação, para que tal decreto seja tornado sem efeito, por ser ilegal. E nós estamos pedindo ao MP três coisas: 1- que a Prefeitura de Corumbá se abstenha de utilizar o recurso proveniente dos rendimentos financeiros, no aporte de R\$ 5.487.748,73, até a finalização da presente representação e de possível ação pública. 2 - que a representada seja notificada para apresentar informações e/ou contratos sobre em que o recurso proveniente do rendimento financeiro será utilizado, e em que fonte, detalhadamente. 3 - que o recurso proveniente dos rendimentos financeiros seja depositado na conta corrente do Contrato de Empréstimo BRA 016, de 2014. Então, senhor presidente e senhores deputados, a eleição já passou; quem ganhou que se prepare para administrar, quem perdeu que "pegue seu banquinho e saia de mansinho". E quem perdeu não pode deixar bombas de efeito retardado para a futura administração. Nós estaremos atentos para evitar que a nefasta administração derrotada nas urnas deixe problemas para a futura administração. Era isso, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Antonio Vaz.

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Bom dia, senhor presidente e colegas parlamentares! Indico à Mesa Diretora, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder Legislativo ao senhor Eduardo Correa Riedel, governador do estado, com cópias ao senhor Antonio Carlos Videira, secretário de estado de Justiça e Segurança Pública, e ao senhor Renato Garnes, comandante-geral da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, solicitando a realização de rondas ostensivas e providências com relação à segurança pública no distrito de Vila Quebracho, no município de Anaurilândia. A proposta em questão visa atender à solicitação encaminhada diretamente ao nosso gabinete pelo senhor Ronei Pardini. Nos últimos tempos, diversas brigas vêm ocorrendo na região, o que tem gerado grande preocupação entre os moradores e afetado a tranquilidade local. A presença regular de patrulhas policiais contribuiria para coibir esses conflitos e ofereceria maior segurança à população. É crucial que sejam tomadas providências imediatas para conter a escalada de violência e garantir a ordem pública no distrito. Era isso, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o deputado Pedro Kemp.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Senhor presidente, eu quero apresentar uma indicação. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor Marcelo Miglioli, secretário de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande, solicitando a recuperação do asfalto da rua São Leopoldo, em frente à Escola Municipal Etalvívio Pereira, no bairro Cruzeiro. O asfalto da rua São Leopoldo não resistiu às fortes chuvas dos últimos dias, de acordo com relatos de pais de alunos. Em alguns pontos, o revestimento asfáltico esfacelou-se e em outros surgiram inúmeros buracos. Diante do exposto, solicitamos que medidas sejam adotadas, a fim de que o problema seja resolvido. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhada moção de pesar aos familiares e amigos de Bianca Hanis, em razão do seu falecimento, ocorrido no dia 10 de outubro do corrente ano, no município de Ponta Porã. Era o que eu tinha, presidente.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, deputado Paulo Corrêa e nobres pares! Bom dia, servidores da Casa, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Eu quero compartilhar com todos uma grande preocupação que tive. Confesso, deputado Paulo Corrêa, deputado Pedro Kemp, que, quando as urnas foram fechadas no domingo, eu me desesperei, chamei a senhora Gilda e minhas filhas e disse-lhes: não saiam de casa amanhã, tudo estará parado, o povo estará na frente dos quarteis, orando para o muro, pedindo benção para pneus e acendendo a lanterna do telefone para OVNI's, porque há um pessoal que não concorda com o resultado da eleição. No entanto, para minha surpresa, deputado Coronel David, ninguém fez nada disso, e as urnas são as mesmas usadas na eleição anterior. Qual foi a diferença? A diferença foi que quem perdeu é civilizado, reconhece o resultado da eleição,



respeita democraticamente as urnas e, portanto, não se aventurou a ir para a frente dos quartéis pedir para os militares, para os milicos, para o general, intervenção. Viva a democracia! Viva o Brasil! Vivamos nós todos! As urnas funcionaram bem. Aliás, elas elegeram dois filhos do inominável... Senhor presidente, agora eu quero apresentar algumas proposições. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao senhor procurador-geral de justiça do estado de Mato Grosso do Sul, doutor Romão Ávila Milian Júnior, solicitando, com urgência: 1 - a realização de investigações acerca dos gastos exorbitantes de dinheiro público com o pagamento de salário para assessores do atual vereador presidente da Câmara Municipal de Porto Murtinho, o tal do Elvio Baltar. Eu estou anexando a esta indicação matéria jornalística referente os gastos de dinheiro público para pagamento de salário de vinte e dois assessores do presidente da Câmara, que recebem mensalmente um total de 160 mil reais. A cidade é sofrida, o povo é pobre, e esse cidadão, se é que podemos chamá-lo de cidadão, gasta, Coronel David, 160 mil reais com assessores, não sei se com a pretensão de se eleger. Estou pedindo ao Ministério Público imediata investigação. 2 - a realização de investigações acerca da prorrogação de contrato de prestação de serviço médico especializado realizado pela Prefeitura Municipal de Porto Murtinho, através da Secretaria de Saúde, uma vez que a população daquela cidade reclama rotineiramente dos serviços prestados pela empresa médica contratada. O contrato, pasmem, é de 500 mil reais. Esse valor está sendo pago, mais uma vez, pela sofrida população da minha cidade. Agora, eu quero apresentar uma moção de aplausos. Se aprovada, a moção deverá ser redigida nos seguintes termos: "A Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, que reflete os pensamentos e anseios da sociedade sul-mato-grossense, por iniciativa do deputado Zeca do PT, consigna aplausos à jornalista Maristela Brunetto e ao veículo de comunicação Campo Grande News, pela brilhante matéria publicada no dia 11 de outubro, contando a história de Mato Grosso do Sul, que passou de terra considerada indivisa a celeiro de desenvolvimento e oportunidades." A matéria destaca diversos pontos da formação do nosso estado, que foi parte da capitania de Mato Grosso, que passou pelas migrações, que geraram povoamento em praticamente todo o seu território, que se encontra em posição geográfica privilegiada, e que se tornará um grande centro logístico do continente nos próximos anos, com a concretização da Rota Bioceânica. Além dos pontos já destacados, a matéria também traz parte da história política do nosso estado, demonstrando os desafios enfrentados pelos ex-governantes e o legado deixado por eles à população sul-mato-grossense, como o aumento expressivo da arrecadação, industrialização, diminuição da pobreza e conquistas sociais aos menos favorecidos. Essas coisas só puderam ser construídas com a colaboração do povo e o investimento no funcionalismo público. A partir de então, Mato Grosso do Sul tomou definitivamente o rumo do progresso e do desenvolvimento. Sendo assim, julgamos merecida a presente moção. Contamos com o apoio dos pares. Era o que eu tinha, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, o nobre deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Bom dia, senhor presidente, colegas parlamentares, assistentes, público presente e todos que nos acompanham pela TV e Rádio Alems! Eu trago hoje duas indicações. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, senhor Paulo Roberto da Silva, o Paulinho, com cópias autônomas ao diretor-presidente do Imasul, senhor André Borges Barros de Araújo, solicitando a perfuração de poços semiartesianos no Lote nº 446 do assentamento Tejin, na área da Fetagri, no



município de Nova Andradina. Este pedido foi encaminhado ao nosso gabinete pela vereadora Cida do Zé Bugre. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal Adriane Lopes, com cópias autônomas ao secretário municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, senhor Ednei Marcelo Miglioli, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito, senhor Paulo da Silva, solicitando a realização do serviço de drenagem e a melhoria da infraestrutura na rotatória da avenida Ernesto Geisel com a rua Rachid Neder, no bairro Monte Castelo. A primeira chuva desta temporada evidenciou que a infraestrutura do local é insuficiente, causou alagamentos, prejudicou o trânsito de veículos e a mobilidade dos moradores transeuntes, sobretudo daqueles que residem nos condomínios localizados na área afetada pela chuva. Diante do exposto, solicitamos que providências sejam tomadas com urgência, antes que a temporada de chuva atinja seu pico e agrave ainda mais a situação... Senhor presidente, pela ordem.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Pois não.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Quero aproveitar o momento para parabenizar os professores pelo Dia do Professor. A docência é a profissão das profissões. O que seria de nós sem os professores? Eles são os responsáveis por formar profissionais de todas as áreas. Não haveria essa diversidade de profissões, se não houvesse professores. Parabéns a todos os mestres! Bem, agora, presidente, eu quero falar um pouco sobre o projeto de lei que aportou nesta Casa na data de hoje. A deputada Mara Caseiro não está aqui, mas quero dizer que o projeto é de suma importância para os peritos papiloscopistas. Eu falo da deputada Mara porque ela esteve em várias reuniões que tivemos com representantes da Secretaria de Administração e da Secretaria de Governo. O projeto de lei reconhece a oficialidade dos peritos papiloscopistas. Este era um sonho antigo da categoria. Eu imagino que a Dani, presidente do Sinpap, tenha ficado muito feliz ao saber que o projeto chegou à Assembleia hoje para nossa apreciação e votação. O projeto coloca o perito papiloscopista no rol de peritos oficiais forenses, assim como os demais peritos. Esses profissionais atuam na coleta de provas, na identificação civil e em várias atividades de apoio à Polícia Judiciária. Os peritos papiloscopistas dão credibilidade e garantia aos processos, principalmente aos criminais que transcorrem no Poder Judiciário. Então, eu quero, antes de mais nada, agradecer ao governador Eduardo Riedel, que atendeu a esse pedido, que reconheceu a importância de oficializar a profissão dos peritos papiloscopistas, e agradecer também a esta Casa pela defesa dos policiais do nosso estado. Quero pedir celeridade na tramitação do projeto, que é de interesse da categoria e da sociedade. Era isso, senhor presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registrado o seu pedido de celeridade na tramitação do projeto. Nós já estamos providenciando o acordo... Com a palavra, o deputado Pedrossian Neto. Transferida. Com a palavra, o deputado Lucas de Lima.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Bom dia, senhor presidente! Bom dia, nobres deputados e todos aqui presentes! Em nome dos deputados Gerson Claro e Pedro Kemp, que são professores, parabenizo os professores, esses profissionais que nos formam, que nos preparam para a vida. Os professores são essenciais para o desenvolvimento da sociedade. Por isso, eles precisam ser mais valorizados e mais reconhecidos. Senhor presidente, eu trago aqui várias indicações, as quais passo a ler agora. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder à prefeita municipal de Campo Grande, senhora Adriane Lopes, e ao diretor-presidente da Agência Municipal de Transporte e Trânsito,



senhor Paulo Silva, solicitando a implantação de sinalização e pintura de faixa de pedestre na rua Cardoso de Almeida, próximo ao número 586. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura, senhor Ednei Marcelo Miglioli, solicitando a execução de obras de patrolamento e encascalhamento em toda a extensão da rua Felipe Safadi Nogueira, no bairro Aquarius II. Indico à Mesa, na forma regimental, ouvido o colendo Plenário, que seja encaminhado expediente deste Poder ao secretário municipal de Infraestrutura, senhor Ednei Marcelo Miglioli, solicitando a execução da Operação Tapa-Buraco na avenida Tiradentes, no bairro Belo Horizonte. Presidente, agora eu vou apresentar um projeto de lei. Projeto de lei que dispõe sobre a instituição da campanha de conscientização quanto ao vício em jogos on-line. A presente proposta tem por objetivo tratar sobre o perigo dos jogos e apostas on-line. Os jogos on-line já são uma realidade em nosso estado e no Brasil todo. Esse vício afeta não só quem joga, mas afeta também seus familiares. O problema se instala quando os indivíduos, principalmente jovens, começam a jogar como uma forma de entretenimento, e em pouco tempo o jogo se torna um hábito compulsivo e destrutivo. O fácil acesso às plataformas de aposta on-line, o pensamento de ganho fácil e a glamourização do sucesso repentino contribuem para a rápida propagação desse vício. Desde 1980, a OMS já reconhece o vício em jogos como uma patologia. Atualmente, as estatísticas demonstram que mais de 5% da população mundial já está viciada em jogos on-line. Alguns sinais demonstram que o indivíduo está viciado, tais como: isolamento social, desinteresse por qualquer atividade que não seja o jogo, prejuízo à rotina diária, aumento constante do tempo de jogo, sofrimento ou irritabilidade excessiva, quando questionado sobre o vício, além de extrema perda, o leva muitas pessoas a se endividarem e até mesmo ao suicídio. Comparado ao vício em substâncias químicas, o vício em jogo está sendo negligenciado; entretanto, suas consequências podem ser igualmente devastadoras, pois os impactos sociais, emocionais e financeiros afetam não apenas o indivíduo dependente, mas também suas famílias e toda a sociedade. A primeira forma de tratamento é reconhecer a condição de viciado. O dependente precisa ter esperança de tratamento e recuperação do controle de sua vida. Peço o apoio dos nobres pares. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Pequeno Expediente. Mais uma vez, professor deputado Pedro Kemp, quero parabenizar todos os professores e citar uma frase daquele que é considerado o maior educador brasileiro, cujas obras foram traduzidas em mais de cento e cinquenta países, o Paulo Freire, que diz: "Educação não transforma o mundo. Educação muda pessoas. Pessoas transformam o mundo". Mesmo sendo o Paulo Freire muito criticado hoje, eu continuo acreditando nessa educação e nesses mestres. Parabéns a todos os professores! Registramos e agradecemos a presença do senhor Ederson Dutra, o Leinha, presidente da Câmara de Naviraí; do senhor Thalles Tomazelli, prefeito do município de Itaquiraí; do senhor Antônio Bianchi, vereador do município de Naviraí; do senhor Josias de Carvalho, vereador do município de Naviraí; e do senhor Onevan Batista, o Onevanzinho, vereador do município de Naviraí. Protocolos referentes às proposições apresentadas (*De autoria do deputado Antonio Vaz: uma indicação (Prot. nº 03192/2024). De autoria do deputado Coronel David: duas moções de congratulação (Prot. nºs 03179/2024, 03186/2024); um projeto de resolução (Prot. nº 03180/2024). De autoria do deputado Caravina: duas indicações (Prot. nºs 03190/2024, 3191/2024). De autoria do deputado Junior Mochi: duas indicações (Prot. nºs 3191/2024, 3190/2024). De autoria da deputada Lia Nogueira: três indicações (Prot. nºs 3173/2024, 3174/2024, 3176/2024); um requerimento (Prot. nº 3175/2024); um projeto de lei (Prot. nº 3172/2024). De autoria do deputado Marcio Fernandes: uma moção de pesar (Prot. nº 03171/2024). De autoria do deputado Paulo Corrêa: uma indicação (Prot. nº 3196/2024). De autoria do deputado Pedro Kemp:



uma indicação (Prot. nº 03195/2024); uma moção de pesar (Prot. nº 3194/2024). De autoria do deputado Roberto Hashioka: um requerimento (Prot. nº 03193/2024). De autoria do deputado Zeca do PT: duas indicações (Prot. nºs 03189/2024, 3188/2024); uma moção de aplauso (Prot. nº 3187/2024).). Passemos ao **GRANDE EXPEDIENTE**. Com a palavra, o deputado Junior Mochi. Transferida. Com a palavra, o deputado Antonio Vaz. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Corrêa. Transferida. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Vossa Excelência dispõe de vinte e nove minutos.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — sem revisão do orador — Senhor presidente, senhores deputados, eu não poderia deixar de ocupar a tribuna neste dia para falar da importância dos professores para a sociedade. Eu quero parabenizar Vossa Excelência por lembrar do educador Paulo Freire. Infelizmente, alguns setores da sociedade tentaram ofuscar o brilhantismo e a contribuição extraordinária desse educador para a educação no Brasil e no mundo. Paulo Freire muito nos orgulhou. Ele tem uma obra chamada “Pedagogia do Oprimido”, que traz contribuições muito importantes para a educação, principalmente na perspectiva da emancipação dos educandos das chamadas camadas populares. A emancipação, que Paulo Freire chamou de educação libertadora, forma uma consciência crítica e insere a pessoa na sociedade, na intenção de provocar mudanças nessa sociedade tão desigual, tão injusta. Paulo Freire não poderia dar uma contribuição diferente, diante de realidades que ele vivenciou no nordeste brasileiro e até fora do país. Paulo Freire propugnou a educação libertadora, a educação como instrumento de emancipação das pessoas. Ele foi realmente um grande educador. Paulo Freire é o patrono da educação brasileira. Senhor presidente, quero aproveitar o momento para fazer algumas considerações sobre os professores aqui de Mato Grosso do Sul. Nós sabemos que existe uma diferença salarial muito grande entre professores efetivos e professores convocados. Tanto se fala em valorização dos profissionais da educação, e essa valorização a gente conquistou de fato para professores efetivos, os quais recebem o maior salário da categoria no Brasil. Essa é uma grande conquista. Os professores concursados têm o piso nacional de salários pagos para 20 horas. Portanto, aquele que trabalha quarenta horas recebe em dobro. Acontece que nós ainda temos um contingente muito grande de professores convocados, os quais recebem praticamente a metade do salário dos professores efetivos. Durante a campanha eleitoral para governador, nós debatemos com o então candidato Eduardo Riedel essa situação, e ele assumiu o compromisso de, caso eleito, fazer a recuperação dos salários dos professores convocados, nos quatro anos de seu governo. Eu considero essa diferença salarial uma grande injustiça com professores convocados, que realizam a mesma função que os professores efetivos realizam. Nós não podemos aceitar essa realidade nas escolas. Outra categoria que merece a atenção do governo é a dos servidores aposentados que têm um desconto previdenciário de 14%. Um grupo de aposentados já vem na luta desde o ano passado, e essa luta deve prosseguir. Nós consideramos esse desconto uma grande injustiça também. Isso precisa ser resolvido. Outra coisa que eu quero destacar, senhor presidente, é que, no início deste ano, o governo do estado deixou de convocar professores para as instituições de educação especial, como as Apaes, a Pestalozzi e tantas outras entidades que atendem crianças com deficiência. Tais instituições não podem mais convocar professores, porque o governo passou a implantar uma nova sistemática; agora ele transfere o recurso para a entidade, e ela contrata pela CLT os professores. Isso provocou uma redução muito significativa no salário dos professores. E o pior, esses professores perderam o plano de saúde oferecido pela Cassems. Perderam o plano porque agora são celetistas. Isso foi um retrocesso. Os professores da educação especial, que estão nas entidades desenvolvendo um trabalho de qualidade, tiveram uma redução drástica em seus salários e ainda perderam o plano de saúde. Então, já que hoje, dia 15 de outubro,



é comemorado o Dia do Professor, quero dizer que a luta pela valorização da categoria não pode parar. Embora a categoria tenha conseguido avanços significativos, embora o salário dos professores efetivos do nosso estado hoje seja um dos maiores avanços do Brasil, eles representam pouco mais de um terço dos professores do estado. Ou seja, nós temos uma maioria de convocados, os quais recebem o equivalente à metade do salário dos efetivos. Então, eu quero registrar esta realidade, que precisa ser levada em conta pelo governo do estado, haja vista que ele assumiu o compromisso de fazer a recuperação salarial dos professores convocados e rever o desconto previdenciário dos aposentados de modo geral. E eu trago aqui ainda a pauta dos professores da educação especial, que também precisam ser valorizados, até porque para atuar nessa área o professor precisa fazer uma especialização. Eu encerro reforçando que o governo do estado precisa retomar as negociações sobre a recuperação salarial dos professores convocados e sobre a revisão do desconto previdenciário dos aposentados. Eu costumo dizer que todos os profissionais passam pelas mãos dos professores, engenheiros, médicos, nutricionistas, advogados, fisioterapeutas, assistentes sociais, enfim...

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Um aparte, deputado?

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Eu concedo um aparte ao deputado Professor Rinaldo.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Deputado professor Pedro Kemp, hoje é um dia muito especial. Sei que a festa será grande lá na ACP. A categoria tem muito a comemorar e também muito a alcançar. Nós sabemos que o nosso estado, atualmente, paga o maior salário do Brasil para professores; nós estamos bem distantes do Pará, que está em segundo lugar, com uma diferença de mais de 4 mil reais. Essa foi uma grande vitória da educação aqui do nosso estado. Aliás, houve alguns governadores que judicializaram essa questão. Ao mesmo tempo, há problemas ainda a serem resolvidos, como a questão da equiparação salarial. Para que Vossa Excelência tenha uma ideia, eu visitei uma escola do Caiobá, e soube que há um professor lá com pós-doutorado, que está com 20 horas-aula. Ele ganha o equivalente à metade do salário de um concursado. Olha, eu sei que não é falta de vontade do governo, sei que não é fácil resolver isso. Mas esta é uma bandeira, Kemp, que nós estamos aqui há algum tempo carregando. Queremos que seja feita a equiparação. Porque, como disse Vossa Excelência, com muita propriedade, com todo respeito a todas as profissões existentes na nossa sociedade, "não há uma profissão que não passe pelas mãos do professor." Eu lembro da minha querida mãe, que foi a minha primeira professora, na época em que ela dava aula de manhã na multisseriada, no vespertino em um curso e de noite no Mobral. Só quem passou de cinquenta anos de idade aqui se lembra do Mobral. Minha mãe dava aula de manhã, de tarde e de noite. E ela se aposentou com um salário mínimo. Aí eu me lembro de Monteiro Lobato, um dos maiores escritores brasileiros: "Um país se desenvolve com homens e livros." Enquanto o nosso país não tiver a educação como prioridade, nós vamos continuar a viver em um país rico, do ponto de vista econômico, e pobre, do ponto de vista intelectual. Segundo o PIS, que mensura o grau da educação no mundo, o Brasil aparece em 48º lugar. Acho que em matemática o Brasil aparece em 49º lugar. Essa é a prova cabal de que não fizeram da educação uma prioridade. Obtivemos, sim, muitos avanços aqui no nosso estado, mas estamos longe de alcançar o ideal, uma educação de qualidade, com professores trabalhando dentro de uma infraestrutura adequada, com alunos se desenvolvendo intelectualmente bem. Quero, deputado Kemp, parabenizar Vossa Excelência, que foi professor durante muito tempo, e em nome da minha mãe, a professora Fulgência, parabenizar todos os



professores e todas as professoras da minha querida escola Auxiliadora, que, ao longo da sua história, fez da sala de aula o momento da psicologia, do apadrinhamento, do pai, da mãe, com o objetivo de formar cidadãos. Parabéns aos professores! Muito obrigado.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Obrigado, deputado Professor Rinaldo. Eu incorporo no meu pronunciamento o seu aparte... Concedo um aparte ao deputado Junior Mochi.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Deputado Pedro Kemp, eu não poderia deixar de enaltecer e de parabenizar os professores pelo seu dia. Esta é uma profissão nobre. Hoje é um dia para refletirmos sobre onde estamos, onde queremos chegar, o que temos que fazer, onde temos que melhorar. E, sem sombra de dúvida, o grande gargalo que vejo dentro do estado com relação à educação são os professores convocados. Se nós temos o maior salário do país para o concursado, o convocado não vive a mesma realidade. Há professores que estão aí há 10, 12 anos, e acabam não tendo qualquer garantia para o seu futuro, porque são contratados e não recolhem, inclusive, para a previdência. A gente sabe que hoje a maioria dos professores são convocados, e é preciso que haja uma equiparação salarial. Se não der para fazer de uma só vez, que se faça gradativamente. Efetivos e convocados realizam as mesmas atividades, estão dentro de sala de aula, e recebem tratamento diferenciado. Acho importante o senhor trazer esta discussão para esta Casa, o assunto é sério e precisa ser tratado com a seriedade que merece. Essa é a grande reflexão a ser feita neste momento, se quisermos, como representantes da sociedade, contribuir de maneira efetiva, para que o professor seja verdadeiramente valorizado. Parabéns!

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Muito obrigado, deputado Junior Mochi. Agradeço a oportunidade de poder me pronunciar aqui neste Dia dos Professores. Parabenizo todos os profissionais da educação e aqueles que lutam pela valorização desses profissionais. Muito obrigado, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrado o Grande Expediente. Passemos à **ORDEM DO DIA**.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Caravina.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Só para cumprimentar o doutor Leandro Fedossi, nosso amigo, vereador, presidente da Câmara de Nova Andradina e agora prefeito eleito daquela cidade. É um prazer tê-lo conosco nesta Casa de Leis. Parabéns pela bela vitória em Nova Andradina!

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Parabéns, em nome da Casa. Registramos e agradecemos a presença do senhor José Carlos Conceição, o "Carlinho do Lajeado", do município de Aparecida do Taboado; do senhor Renner, vereador de Maracaju; do senhor João Kléber, presidente da Câmara Municipal de Aparecida do Taboado; do senhor Jefferson Aislan, vereador do município de Coxim; e do senhor Ângelo Aparecido, o "Ângelo Gari", também do município de Coxim. Passemos à **ORDEM DO DIA**. Consulto o segundo-secretário sobre o quórum para deliberação.



SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — Com vinte e três deputados presentes, quórum para deliberação, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Havendo quórum para deliberação, passemos aos itens pautados para esta Sessão. Agradecemos à Comissão de Constituição, Justiça e Redação pela Sessão Extraordinária realizada hoje. E extraordinariamente nós faremos a reunião da CCJR de amanhã, ordinariamente. E na quinta-feira teremos os projetos de resoluções de outorga de títulos e tal, para votarmos, com a aprovação de Vossas Excelências, em bloco. Então, o quórum de quinta-feira tem de ser qualificado, para que possamos votar todos os títulos. Lembrando ainda os senhores deputados da corrida do dia 26. Vamos colocar o físico em dia para correr dez quilômetros. O deputado Paulo Duarte representa a presidência. E no dia 31, teremos o evento de entrega do Título de Cidadão no Palácio Popular...

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Paulo Duarte.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Quero cumprimentar o nosso amigo Leandro, que foi eleito prefeito de Nova Andradina. E quero registrar e agradecer a presença do prefeito eleito da nossa querida Corumbá, que teve uma votação expressiva, uma das maiores votações da história daquela cidade. Ele recebeu 56% dos votos, disputou com três concorrentes. O senhor muito nos honra com sua presença. Registramos também a presença do seu dileto assessor Lucas Grilo. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Registramos e agradecemos a presença do prefeito eleito Gabriel. Parabéns, em nome desta Casa! Item 1. Em redação final. Projeto de Lei nº 352/2023. Autor: deputado Professor Rinaldo. "Dispõe sobre a divulgação do 'Serviço de Denúncia de Violação dos Direitos Humanos (Disque 100)', e dá outras providências." A redação final foi elaborada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. Em discussão... Encerrada a discussão. Em votação. Passo a coletar o voto dos senhores deputados.

Projeto de Lei nº 352/2023, de autoria do deputado Professor Rinaldo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 2. Em discussão única. Projeto de Lei nº 198/2024. Autor: Poder Judiciário. "Dá denominação ao edifício do Fórum da comarca de Bela Vista." A Comissão de Constituição, Justiça e Redação emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Antonio Vaz. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 198/2024, de autoria do Poder Judiciário.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.



DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Consulto o senhor segundo-secretário sobre o resultado da votação.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e um votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado o projeto de lei que atribui ao edifício do Fórum da comarca de Bela Vista o nome do desembargador João Carlos Brandes Garcia. Bela homenagem. Vai ao Expediente. Item 3. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 051/2024. Autor: deputado Junior Mochi. "Dispõe sobre as práticas e condutas em temporadas de compras no estilo black friday nos estabelecimentos comerciais do estado de Mato Grosso do Sul, e dá outras providências." A Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Marcio Fernandes. A Comissão de Finanças e Orçamento emitiu parecer favorável, por unanimidade, à Emenda Substitutiva Integral 01, tendo como relator o deputado Pedrossian Neto. Em discussão...

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Para discutir, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Para discutir, o deputado Junior Mochi, autor do projeto.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Apenas para prestar alguns esclarecimentos. O objetivo deste projeto é determinar que os comércios que adotarem as temporadas de compras no estilo black Friday tenham regras claras e que as coloquem para conhecimento do consumidor. Elas ficam comprometidas a informar, de forma clara e transparente, qual ou quais produtos estão em promoção, os preços originais e os preços promocionais. Isso evitará aquelas promoções ilusórias. As empresas que adotarem esse tipo de procedimento estarão sujeitas às penalidades previstas nos artigos 56 e 57 do Código de Defesa do Consumidor. Peço o voto favorável dos colegas. Obrigado, presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 051/2024, de autoria do deputado Junior Mochi.



Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.

DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.



DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Solicito o resultado ao segundo-secretário.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai à redação final por ter recebido emendas. Item 4. Em segunda discussão e votação nominal. Projeto de Lei nº 183/2024. Autor: Poder Executivo. "Autoriza o estado de Mato Grosso do Sul, por intermédio do Poder Executivo Estadual, a doar, com encargos, ao município de Camapuã, o imóvel de sua propriedade que especifica, e dá outras providências." A Comissão de Serviço Público, Obras, Transporte, Infraestrutura e Administração emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relatora a deputada Gleice Jane. A Comissão de Acompanhamento da Execução Orçamentária emitiu parecer favorável, por unanimidade, tendo como relator o deputado Neno Razuk. Em discussão. Encerrada a discussão. Em votação.

Projeto de Lei nº 183/2024, de autoria do Poder Executivo.

Presidente — deputado Gerson Claro (PP).

Primeiro-secretário — deputado Paulo Corrêa (PSDB).

Segundo-secretário — deputado Pedro Kemp (PT).

DEPUTADO ANTONIO VAZ (Republicanos) — Sim.

DEPUTADO CARAVINA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO CORONEL DAVID (PL) — Sim.

DEPUTADA GLEICE JANE (PT) — Sim.

DEPUTADO JAMILSON NAME (PSDB) — Sim.

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE (PL) — Sim.

DEPUTADO JUNIOR MOCHI (MDB) — Sim.



DEPUTADA LIA NOGUEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO LIDIO LOPES (Patriota) — Sim.

DEPUTADO LONDRES MACHADO (PP) — Sim.

DEPUTADO LUCAS DE LIMA (sem partido) — Sim.

DEPUTADA MARA CASEIRO (PSDB) — Sim.

DEPUTADO MARCIO FERNANDES (MDB) — Sim.

DEPUTADO NENO RAZUK (PL) — Sim.

DEPUTADO PAULO CORRÊA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO PAULO DUARTE (PSB) — Sim.

DEPUTADO PEDRO KEMP (PT) — Sim.

DEPUTADO PROFESSOR RINALDO (Podemos) — Sim.

DEPUTADO RENATO CÂMARA (MDB) — Sim.

DEPUTADO ROBERTO HASHIOKA (União Brasil) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Sim.

DEPUTADO ZÉ TEIXEIRA (PSDB) — Sim.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Pela ordem, senhor presidente.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Com a palavra, pela ordem, o deputado Zeca do PT.

DEPUTADO ZECA DO PT (PT) — Quero registrar, em meu nome e em nome da bancada do PT, um fato auspicioso. Os responsáveis pela pulverização com agrotóxico em cima de uma comunidade indígena em Caarapó, a partir das denúncias que nós recebemos pedindo a apuração por parte do Ministério Público, serão penalizadas. Foi publicado, na semana passada, me parece, que foram condenados e obrigados a pagar pelo crime bárbaro de contaminação da aldeia indígena. Quero cumprimentar com muita alegria o Ministério Público Federal. Espero não receber outras denúncias dessa natureza. Esse tipo de comportamento é de tamanha infâmia, de tamanho descalabro, de tamanha vergonha para um estado que se diz desenvolvido e próspero. Todas as vezes que nós recebermos denúncias desse tipo, vamos encaminhá-las ao MP e pedir a devida condenação de quem comete tamanha safadeza. Obrigado, senhor presidente.



PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Encerrada a votação. Consulto o segundo-secretário sobre o resultado.

SEGUNDO-SECRETÁRIO (deputado Pedro Kemp - PT) — São vinte e dois votos favoráveis e nenhum voto contrário.

PRESIDENTE (deputado Gerson Claro - PP) — Aprovado. Vai ao Expediente. Item 5. Em discussão única e votação simbólica. Cinco indicações. Em votação... Não havendo oposição, dou-as por aprovadas. Não há moções de pesar. Encerrada a Ordem do Dia. Lembrando que amanhã teremos a reunião da CCJR e que será o último prazo para a indicação dos nomes que receberão os títulos e que votaremos as resoluções. Passemos às **EXPLICAÇÕES PESSOAIS**. Com a palavra, o deputado Pedro Kemp. Transferida. Com a palavra, o deputado Paulo Duarte. Transferida. Com a palavra, o deputado Caravina. Transferida. Com a palavra, o deputado Lidio Lopes. Transferida. Não há mais oradores inscritos. Registramos e agradecemos a presença do senhor Márcio Barbosa, o Marcinho Souza, vereador do município de Coxim; do senhor Gabriel Alves de Oliveira, prefeito eleito da nossa querida Corumbá; e do Leandro, presidente da Câmara Municipal de Nova Andradina, prefeito eleito daquela próspera cidade. Nada mais havendo a tratar, esta presidência vai declarar encerrada a presente Sessão. Está encerrada. Muito obrigado a todos (11h04min).